

CAMPANHA SALARIAL E DE DEFESA DE DIREITOS 2018

A denúncia dos parlamentares que votam contra os trabalhadores e os serviços públicos deve continuar nas bases.



Em reunião na quarta-feira, 22, os representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) avaliaram a retirada da reforma da Previdência da pauta do congresso e indicaram novo calendário de lutas. Para as entidades, a unidade do Fonasefe e Fonacate foi fundamental na construção de toda a luta contra as medidas do governo. As atividades realizadas em 2017 e 2018 por todo o país contribuíram para inviabilizar a reforma da Previdência por enquanto, não estando mais na pauta do congresso essa votação que interessa apenas ao mercado internacional que explora o país.

Neste momento, intensificar a Campanha Salarial rumo à greve unificada do funcionalismo público federal é um dos principais objetivos das entidades. A pauta de reivindicações protocolada nesta semana no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), também será levada às presidências da Câmara dos Deputados, Senado Federal, à Casa Civil e à Organização Internacional do Trabalho (OIT) no dia 02 de março. O índice reivindicado pelas entidades do fórum, é de 25,63% de reposição.

O calendário de lutas terá audiência entre Fasubra e MEC/MPOG no dia 28 de fevereiro a tarde, no dia 02 de março, pela manhã, haverá reunião do Fórum de Servidores Federais no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) com Ato Público no Bloco C, “Pela abertura de negociação da Campanha Salarial 2018”. À tarde do dia 02 será protocolada a pauta da Campanha Salarial nas presidências da Câmara e do Senado, no STF, na Casa Civil e OIT. A FASUBRA estará em Plenária Nacional em Brasília-DF de 02 a 04 de março.



ASSEMBLÉIA GERAL DO SINTFUB

Dia 01 de março, às 9h e 30 min, na Praça Chico Mendes

Campanha Salarial e de defesa dos serviços públicos, análise de conjuntura local e nacional, ato de 02/03, Plenária da Fasubra e Encaminhamentos

Sintfub desenvolve campanha contra reajuste do RU



A administração da UnB introduziu a discussão do valor do aumento do RU (Restaurante Universitário), passando, no caso dos estudantes que pagam R\$ 2,50, para R\$ 6,50, e no caso dos técnico-administrativos, terceirizados e docentes, de R\$ 2,50 para R\$ 13,00. Entendemos que esse aumento contraria a função social de assistência estudantil, compromete a integração da comunidade, e penaliza os trabalhadores, já submetidos a vencimentos baixos.

A perspectiva do governo, de seguir reduzindo os investimentos em educação, tem de ser confrontada pela UnB e sua comunidade. A

defesa de orçamento digno, bem como a existência de alimentação a custo acessível, é uma necessidade para a missão da Instituição. Da mesma forma, a legislação não coloca impeditivo para o funcionamento do RU subsidiado ao fato de que recebemos auxílio alimentação, como se verifica em hospitais, na Presidência da República, em órgãos militares, entre tantos outros. Mais do que isso, o valor do auxílio alimentação no executivo é impeditivo de convivermos com esse reajuste. Enquanto no judiciário o valor do auxílio é de R\$ 884,00, e no TCU e Senado é de R\$ 982,00, parece que os servidores do executivo tem necessidade nutricional menor, pois o nosso benefício é de apenas R\$ 458,00. Com os novos valores propostos pela comissão que construiu a proposta apresentada no CAD, um trabalhador gastaria R\$ 726,00 por mês (22 dias úteis) para fazer todas suas refeições no RU, o que é quase o dobro do valor do auxílio alimentação que recebemos.

Entendemos que outras soluções devem ser buscadas, como juntar forças com a comunidade e movimentos sociais para retirar a UnB dessa política de estrangulamento de repasse de recursos federais; rever prioridades do orçamento da Universidade, e rever o contrato com a empresa que fornece os alimentos no restaurante, a qual cobra valores muito acima do mercado e tem o monopólio do fornecimento de refeições à comunidade da UnB dentro dos restaurantes.

Encaminhamos nota técnica para a administração da Universidade, questionando esse reajuste, e propusemos o debate político-social sobre o RU, de forma a ter participação da comunidade. A partir dessa iniciativa, a gestão retirou da pauta do CAD o reajuste, e esperamos agora o estabelecimento de debate com o conjunto da comunidade sobre as medidas necessárias para defender a UnB e o papel do RU.

Em defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

